

ESTADO NOVO: O USO POLÍTICO DA PROPAGANDA E DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR URBANO BRASILEIRO

ESTADO NOVO: THE POLITICAL USE OF PROPAGANDA AND EDUCATION IN THE TRAINING OF BRAZILIAN URBAN WORKERS

**Antonio Ernani Wanderley Bueno de Godoy
Júlia Carolina da Silva Azevedo
Maria Fátima de Melo Toledo**

Resumo: O objetivo principal deste trabalho é perceber a organização da classe trabalhadora urbana enquanto preocupação governamental do Estado Novo, bem como observar a mudança no imaginário popular causada pela propaganda varguista; de uma sociedade que por séculos fez uso de mão de obra escrava para outra que necessitava implantar a noção do trabalho como emancipador do “homem”. O Estado Novo é um período político de grande controvérsia na historiografia brasileira, principalmente por se tratar de um governo populista que utilizava da propaganda como forma de manipulação de massas. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi responsável pela criação de diversas mídias que divulgavam o governo de Getúlio Vargas e as mudanças do governo, criando um imaginário político por meio da propaganda governamental. Como referencial teórico, são empregados os trabalhos de Thompson, Gomes e Capelato, dentre outros.

Palavras-chave: Estado Novo, trabalhismo, educação

Abstract: The main objective of this work is to understand the organization of the urban working class as a governmental concern of the Estado Novo, as well as to observe the change in the popular imagination caused by Vargas propaganda; from a society that for centuries made use of slave labor to another that needed to implement the notion of work as an emancipator of “man”. The Estado Novo is a political period of great controversy in Brazilian historiography, mainly because it was a populist government that used propaganda as a form of mass manipulation. The Department of Press and Propaganda (DIP) was responsible for creating various media that publicized the Getúlio Vargas government and the government's changes, creating a political imaginary through government propaganda. As a theoretical reference, the works of Thompson, Gomes and Capelato, among others, are used.

Keywords: Estado Novo, working class, education

1. Introdução

O Estado Novo é um período político de grande controvérsia na historiografia brasileira, principalmente por se tratar de um governo populista que utilizava da propaganda como forma de manipulação de massas. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi responsável pela criação de diversas mídias que divulgavam o governo de Getúlio Vargas e as mudanças do governo criando um imaginário político por meio da propaganda governamental. Já o Ministério da Educação, no período de liderança de Gustavo Capanema, organizou um projeto de educação excludente, elitista, nacionalista e autoritário.

O objetivo principal deste trabalho é perceber a organização da classe trabalhadora urbana enquanto preocupação governamental do Estado Novo, bem como observar a mudança no imaginário popular causada pela propaganda varguista; de uma sociedade que por séculos fez uso de mão de obra escrava para outra que necessitava implantar a noção do trabalho como emancipador do “homem”. Nesse trabalho, utilizamos o conceito de “classe” a partir do clássico de E.P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa*, que, em seu primeiro volume, afirma que uma classe só pode ser compreendida como uma formação social, cultural e histórica, que se constrói a partir das experiências dos trabalhadores no processo de produção mas também a partir de suas tradições intelectuais, de seus modelos de relacionamento social e de seus padrões de organização política e profissional (THOMPSON, 1987, p. 9-10)

Similarmente, buscamos compreender o papel da educação técnica, voltada ao trabalho, na construção dessa nova sociedade buscada pelo Estado Novo, que encontrou limitações econômicas em sua prática. Além da educação técnica, analisamos o projeto de educação secundária almejada por Capanema, que era puramente elitista, nacionalista e autoritário.

À vista disso, buscamos responder como o Estado Novo reestruturou o imaginário popular e esforçou-se em construir um projeto de país autoritário, unido e trabalhador. Da mesma forma, buscamos demonstrar as limitações desse projeto e as reminiscências da ideologia estadonovista no imaginário popular.

A importância do tema se dá no sentido de compreensão da origem da classe trabalhadora industrial nacional, bem como do nascedouro de uma política educacional patriótica e excludente, voltada para o nacionalismo e a indústria, onde há uma divisão clara entre a massa trabalhadora e a elite pensante que irá liderá-la.

2. As representações do trabalho no Brasil pós-abolição.

A herança escravista brasileira gerou no imaginário político popular da Primeira República, a noção de que o povo brasileiro era avesso ao trabalho. Pouco depois da independência, a construção de um ideal de nação era uma preocupação constante na política imperial: para os políticos, a herança escravista marcou a população brasileira e o trabalho braçal, desde a colônia, era visto como algo indigno do “povo livre”. Como discorre Rodrigues, em seu trabalho sobre o fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil,

a preocupação com o tipo de trabalhador mais adequado ao Brasil remonta pelo menos ao início do século XIX. [...] Além disso, a dificuldade em se conseguir mão de obra naquela capitania [Rio de Janeiro] advinha da “louca opinião de que a gente forra não deve trabalhar” para não se igualar aos escravos. (RODRIGUES, 2009, p. 304).

Na Primeira República, o trabalho não era considerado uma preocupação do Estado, mas visto como um caso de polícia. Nesse período, o trabalhador brasileiro era malquisto pelo Estado, que se caracterizou, no período, pela sua relação com as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes. (CARVALHO, 1997)

O processo de constituição da classe trabalhadora no Brasil como ator político foi estudado por Ângela Castro Gomes como um processo que apresenta dois movimentos principais. O primeiro deles é lento e ocorre na Primeira República, com propostas políticas e lutas comandadas pelos próprios trabalhadores. Conforme a autora, “a “palavra” neste período está com lideranças vinculadas à classe trabalhadora (intelectuais ou não), que indiscutivelmente assumem a construção de propostas sobre sua identidade” (GOMES, 2005, p. 370).

Nesse movimento, nos momentos iniciais da Primeira República, percebemos as primeiras tentativas coletivas por parte dos trabalhadores urbanos de ir além do mutualismo. Em 1892, é realizado o 1º Congresso Socialista Brasileiro, no Rio de Janeiro, que desenvolveu intensa atividade de divulgação das ideias socialistas entre os trabalhadores. Em 1894, é realizada a primeira comemoração pública do dia 1º de maio.

Essa importância crescente do operariado e dos assalariados urbanos no contexto brasileiro traduziu-se numa ofensiva de greves pelas 8 horas de trabalho, como a greve generalizada que paralisou as cocheiros e carroceiros do Rio, em 1903, tendo ocorrido também uma greve geral que paralisou os têxteis, envolvendo milhares de trabalhadores e trazendo a vitória das 9:30 h de trabalho. Demonstrava-se dessa forma, na prática, a importância da articulação e coordenação dos diversos sindicatos e grupos profissionais para conseguirem regulamentar as relações entre capital e trabalho naquele momento. (HALL e SPALDING, 2015)

O segundo movimento para a constituição da classe trabalhadora no Brasil como ator político situa-se, segundo Gomes (2005), após o movimento político de 1930, que levou Vargas ao poder, e tem seu ponto de inflexão entre os anos de 1942 a 1945.

Conforme Gomes,

Não se trata mais da postulação de diversas propostas de identidade da classe trabalhadora que competem em um espaço político, enfrentando reações

poderosas de outras classes sociais. Trata - se de uma proposta de identidade nitidamente articulada a um projeto político que conta com recursos de poder para difundi-lo, para bloquear a emissão de qualquer outro discurso concorrente e para implementar políticas públicas que o reforcem e legitimem. (GOMES, 2005, p.395)

Toda a construção política no Estado Novo se baseou em uma relação dialética entre o “velho” e “novo”. Segundo Chartier (1991), é possível institucionalizar uma representação simbólica afim de marcar de modo permanente a figura de um representante (tanto uma figura singular quanto uma figura coletiva) de uma sociedade. O discurso político de Getúlio Vargas, em sua construção de um novo país, trazia consigo a necessidade da criação de uma nova classe trabalhadora, desta vez ligada a uma nova legislação consolidada e à imagem de um “pai”, soberano, criador e salvador dos pobres, antes abandonados pelo velho e decrépito Brasil dos coronéis.

Gomes (2005) observa que, na construção dessa “nova” identidade do trabalhador brasileiro, a memória das intensas lutas dos trabalhadores durante a Primeira República foi apagada. Como mostra a autora, esse passado sequer é citado, é como se não existisse. No entanto,

ao mesmo tempo que esta operação é realizada, a “nova palavra” emitida pelo Estado constrói-se lidando com os mesmos elementos básicos presentes no discurso operário desde o século XIX , apenas relidos e integrados em outro contexto. (GOMES, 2005, p.400)

Assim, através de símbolos e representações mediadas pela propaganda, Vargas marcou, de modo visível e perpétuo, a existência do Estado Novo (representante coletivo), como protetor da classe trabalhadora, e sua figura pessoal (representante singular), como pai dos pobres. Dessa forma, no Estado Novo, pode-se observar a

[...] construção de identidade social como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detém o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma. (CHARTIER, 1991, p.183)

Nesse contexto, o valor fundamental do trabalho e a dignidade do trabalhador “são o eixo em torno do qual se monta sua comunicação com a sociedade e com o mundo da política” (GOMES, 2005, p.404). O estatuto de trabalhador é o que dá identidade social e política ao indivíduo, fato corroborado pela definição da vadiagem como contravenção penal, em 1941.

Segundo Gomes

A cidadania, fundada no gozo dos direitos sociais do trabalho e no reconhecimento das associações profissionais - ambos tão almejados e demandados pela classe trabalhadora durante décadas -, é sancionada com a articulação de um pacto político entre Estado e classe trabalhadora que, ao se efetuar, constrói estes dois atores que assim se conhecem e reconhecem. (GOMES, 2005, p.404)

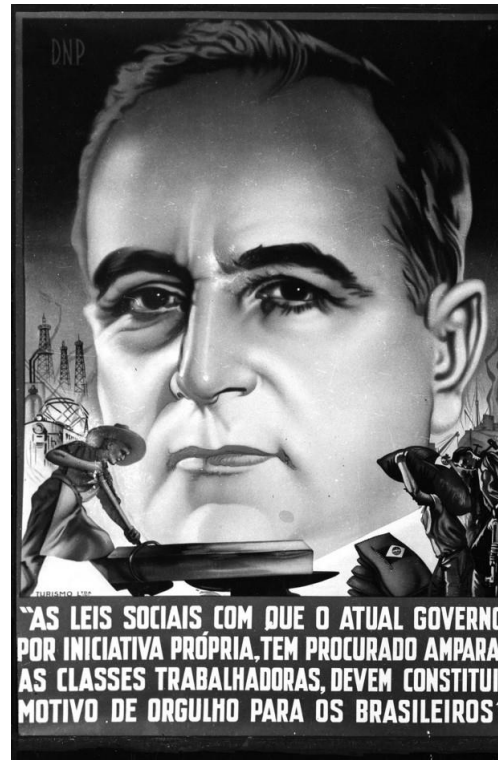
Era essa ideia que o Departamento de Imprensa e Propaganda, fundado pelo Decreto-lei N° 1.915, de 27 de dezembro de 1939, desenvolvia por meio de programas de rádios, cartazes propagandistas, festas comemorativas, discursos, dentre outros meios. O governo Vargas utilizou-se dos recursos midiáticos para construir uma imagem de um novo país; seu discurso evocava os trabalhadores para que, juntos, construíssem a nova nação na qual o trabalho dignificaria o homem e a sua carteira de trabalho seria o seu documento principal. Nesse momento político, esse Estado, fundado por um golpe em 1937, precisava do apoio das massas, como afirmou Capelato,

[...] Constituídos a partir de um golpe de Estado, sem qualquer participação popular, os representantes do poder buscaram legitimação e apoio dos setores mais amplos da sociedade através da propaganda, veiculada pelos meios de comunicação, voltada para a sociedade, em geral, e para as classes populares, em particular. Além da busca de apoio, a integração política das massas visava seu controle em novas bases. (CAPELATO, 2019, p. 110-111)

Para tal, o regime utilizou-se de diversos símbolos para atingir o imaginário popular da classe operária e forjar essa legitimidade, como por exemplo cartazes e datas festivas. A intenção desse simbolismo era enaltecer a figura do trabalhador como responsável pelo engrandecimento da nação. Era uma construção nacionalista que colocava o operário no centro. Ficava evidente, como mostram os cartazes a seguir, a iniciativa de industrializar o país, sendo o operário peça chave nesse processo.



Faixa celebra o aniversário do Estado Novo (10 de novembro)



Cartaz do DIP celebra leis trabalhistas criadas "por iniciativa própria"



Cartaz do DIP convoca trabalhadores para solenidades de 1º de Maio.

Fonte das imagens: <http://memorialdademocracia.com.br/card/getulio-cria-o-departamento-de-imprensa-e-propaganda>.

Outra característica importante dos cartazes era a relação entre a classe trabalhadora e o governante. Ao mesmo tempo em que havia o enaltecimento do trabalhador e de sua importância, ficava evidente que a intenção do Estado era que a ascensão da figura do operariado fosse vista como uma dádiva do governante, como um presente que Vargas havia concedido às massas, de bom grado. E o que também ficava evidente era que se esperava gratidão e lealdade, sem limites, por parte dos trabalhadores para com aquele que lhes havia entregado tanto. Era presente nas propagandas do Estado a noção de que ninguém, além de Vargas, havia tornado possível essa ascensão. Aqui fica evidente o culto à personalidade que Vargas ambicionava.

No que concerne à relação simbiótica existente entre trabalhador e cidadão no Estado Novo, Capelato aponta que Vargas trouxe uma nova dimensão, a da emancipação. O conceito de trabalho no Brasil foi reconfigurado pelo Estado Novo e passou de algo visto com desprezo e que estava associado àqueles que viviam à margem da sociedade brasileira para motivo de orgulho patriótico e fervor nacionalista, associados ao dever de auxiliar como parte de um esforço coletivo em prol do engrandecimento do Brasil.

Além de ser motivo de orgulho, o trabalho passou a ser associado a direitos e deveres. O Estado Novo trouxe um novo conceito de cidadania que partia do pressuposto de uma sociedade harmonizada, onde as relações entre o sujeito e a pátria eram definidas pela soma de direitos e deveres. Assim, "os ideólogos do Estado Novo partiam do princípio de que o dever precede o direito pois a nação é anterior e entidade superior aos indivíduos." (CAPELATO, 1998, p.175). Os direitos trabalhistas se tornaram uma realidade, mas é importante o fato de que eles só poderiam ser alcançados por aqueles que cumpriam o seu dever cidadão de trabalhar.

É importante compreender que, nesse conceito de cidadania, eram os deveres que definiam os direitos do cidadão. E o principal dever do cidadão do Estado Novo era o trabalho. De fato, a preocupação do governo para com as pautas trabalhistas se dá como um alicerce importante deste novo momento na política nacional. E nesse sentido, o Estado trabalhou em duas vias: primeiramente com políticas públicas voltadas aos trabalhadores, como a criação do Ministério do Trabalho, a lei do sindicalismo, entre outros e, em segundo lugar, com as propagandas políticas, objetivando alienar o cidadão trabalhador, construindo um sentimento de gratidão e retribuição ao Estado por tamanhas concessões, como explica Capelato,

A mensagem propagandista divulgava os valores inerentes à nova cidadania, através de discursos do líder, de textos de caráter didático, do cinejornal, de

manuais escolares, festas cívicas, fotografias, cartazes e ilustrações, que tinham como destinatários as classes populares em geral e os trabalhadores em particular. (CAPELATO, 1998, p. 175-176).

É importante destacar também, como Gomes (2005), que afirmar que o Estado Novo, por meio do trabalhismo, organizou classe trabalhadora no Brasil, não é assumir a construção de um discurso à revelia da classe trabalhadora, como se o Estado fosse, por um lado, uma entidade todo-poderosa, e a classe trabalhadora, por outro, um ente inerte e passivo, mas significa dizer, a partir de Thompson e Gomes, que um pacto foi estabelecido entre Estado e trabalhadores, por meio do qual ambos se definiam e atuavam. Gomes observa que “não apenas os interesses materiais dos trabalhadores, como também muitos de seus valores e tradições foram incorporados”, e ressignificados, em outro contexto discursivo. (GOMES, 2005)

O projeto estatal que constituiu a identidade coletiva da classe trabalhadora articulou uma lógica material, fundada nos benefícios da legislação social, com uma lógica simbólica, que representava esses benefícios como doações e beneficiava-se da experiência de luta dos próprios trabalhadores. (GOMES, 2005, p. 354)

Assim, os direitos concedidos por Vargas aos trabalhadores estavam materializados nas leis estabelecidas. Essas leis tinham a função de proteger e organizar os trabalhadores em sindicatos controlados pelo Estado. É importante acrescentar que foram efetuadas leis que proibiam greves e criavam determinações que deixavam os sindicatos totalmente à mercê da interferência do Estado, como o Decreto no.19.770, de 1931, que estabeleceu novas normas de sindicalização. São esses dados que nos permitem observar que, apesar de se mostrar como um libertador para os trabalhadores, o Estado, corporificado por Vargas, mantinha essa classe sob controle.

Após 1937, o governo ditatorial de Vargas precisava a todo momento se justificar perante os problemas sociais, afirmando que apenas o intervencionismo estatal poderia resolver, assim como em relação à eleição de supostos inimigos da pátria que, se não fosse a implantação do regime ditatorial, teriam destruído a dita "família brasileira". Para tanto, o liberalismo torna-se também um dos inimigos do Estado e mecanismos eram criados contra os liberais para justificar o regime ditatorial. Ao elegerem um problema social (a pobreza) e um inimigo (a liberdade), "a nova política afirma que o verdadeiro problema a ser vencido era o da necessidade e não o da liberdade". (CAPELATO, 1998, p. 174).

É importante destacar que houve um uso político da história por parte do Estado Novo para associar todos os direitos cedidos à classe trabalhadora à figura de Vargas e

somente a ele. Outros direitos cedidos anteriormente, mesmo que poucos, foram extintos por lei antes de serem novamente garantidos pelo regime de Vargas, permitindo o apagamento do início da legislação social da Primeira República e a criação de um imaginário popular, no qual se afirmava categoricamente, por meio da propaganda política, que Vargas era o “salvador” da classe trabalhadora. Essa imagem construída se manteve firme no imaginário da população e foi materializada pelas leis trabalhistas, que não deram crédito às conquistas e lutas anteriores, se apresentando como uma dádiva cedida unicamente por Getúlio Vargas. (LAGO, 2015, p. 99-101).

3. O uso político da propaganda na organização da classe trabalhadora brasileira

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) nasceu em 27 de dezembro de 1939 a partir do decreto-lei nº 1.915, sendo um departamento diretamente ligado ao Presidente da República. Sua sede oficial era no Rio de Janeiro, possuindo Departamentos Estaduais, os chamados DEIPS em todos os estados do Brasil. Tinha como objetivo, dentre outras finalidades, realizar a censura dos meios culturais, como filmes, livros, músicas, programas de rádio etc. Igualmente cuidava das obras estrangeiras que entravam no território brasileiro, bem como as obras nacionais que chegavam ao território estrangeiro, com o objetivo de

Colaborar com a imprensa estrangeira no sentido de evitar que se divulguem informações nocivas ao crédito e à cultura do país [...] proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral; (Decreto-Lei Nº 1.915, de 27 de Dezembro de 1939)

O DIP era o ministério da propaganda nacional, inspirando-se no “Serviço de Cultura” de Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda da Alemanha nazista, entre 1933 e 1945, e se estruturou a partir de divisões: divulgação, rádio-difusão, cinema, teatro, turismo, imprensa e serviços auxiliares” (SCHEMES, 2022, p.51). Os programas de rádio foram muito utilizados pelo Departamento, não apenas para noticiários, mas também para programas musicais, humorísticos, de auditório, radionovelas, transmissão dos eventos cívicos, entre outros. O número de radiorreceptores aumentou durante o Estado Novo e a Divisão de Rádio, controlada pelo DIP, examinava todos os programas, censurando e proibindo programas e esquetes. O maior alvo da radiodifusão era o interior do Brasil:

nas praças, o programa *A Hora do Brasil* era reproduzido por alto-falantes instalados para a população (GARCIA apud CAPELATO, 1998, p.77).

A Hora do Brasil foi criado em 1931 e reestruturado em 1939, após a criação do DIP e possuía três finalidades: cultural, informativa e cívica. Era através dele que a população tinha acesso aos discursos oficiais, atos do governo, festas cívicas, entre outras organizações oficiais do Estado. Seus programas exaltavam o patriotismo, a cultura brasileira, enaltecia as conquistas do trabalho e incentivava relações comerciais. O rádio tinha o objetivo de atingir o interior do país na intenção de “colaborar com seu desenvolvimento e sua integração na coletividade nacional” (CAPELATO, 1998, p. 77).

Foi um período importante na história do samba, afinal com a grande popularidade dos programas a maioria das famílias possuíam um rádio e ouviam o gênero musical, ocasionando a popularização dos desfiles e das escolas de samba, que chegaram a ser financiadas pelo governo. Dessa forma, o samba, os programas de rádio, os eventos cívicos, todos no geral eram pensados na construção de símbolos nacionais. De fato, eram finalidades do DIP promover a propaganda e os símbolos nacionais no sentido de

Centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional; [...] estimular as atividades espirituais, colaborando com artistas e intelectuais brasileiros, no sentido de incentivar uma arte e uma literatura genuinamente brasileiras, podendo, para isso, estabelecer e conceder prêmios; [...] promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferências, exposições demonstrativas das atividades do Governo, bem como mostras de arte de individualidades nacionais e estrangeiras; [...] organizar e dirigir o programa de rádio-difusão oficial do Governo; (Decreto-Lei Nº 1.915, de 27 de Dezembro de 1939)

A imprensa e a propaganda foram essenciais para a construção da personalidade de Vargas e em sua validação quanto “pai dos pobres” e chefe da nação, mas outros métodos também foram utilizados na sua concepção simbólica como objetos personalizados com a sua figura, a exemplo “[...] medalhas comemorativas, maço de cigarro com effigie de Vargas, flâmulas, estandartes e bandeiras.” (CAPELATO, 1998, p.49)

Desse modo, a propaganda política representou o coração da política do Estado Novo, sendo responsável pela representação do trabalho e dos trabalhadores ideais ao governo. O varguismo objetivava um trabalhador produtivo e ordeiro, compreendido como personagem essencial na construção de um Estado progressista e materialista

(CAPELATO, 1998) e buscava demonstrar isso nos cartazes, programas de rádio e festas públicas.

As festas cívicas eram de extrema importância ao Estado Novo, por tudo que representavam para a população e seu governante. Era a maior demonstração da ideologia varguista, de uma sociedade nova, compadecida, unida em torno do líder e de seus ideais. Todos os feriados nacionais eram comemorados nos estádios e transmitidos na rádio para todo o país e possuíam grande participação popular. Os festejos eram organizados pelo DIP e pelo Ministério da Educação e Saúde, possuindo inclusive um sistema de transporte e saúde exclusivo para essas ocasiões.

A festa é a representação da dicotomia entre novo e velho, “é o ‘amanhecer novo’ de uma ‘pátria nova’ que trará, sob as ‘bençãos do passado’, a modernidade e o progresso ao ‘Brasil de amanhã’, reforçando assim a imagem do poder e solenizando a morte do passado e a fundação do novo (SCHEMES, 2022, p. 34). Dessa forma, a festividade também buscava a eliminação de conflitos através da espetacularização de uma sociedade que em conjunto era feliz e governada por um líder preparado para liderar essa nova nação. Os jornais patrocinados pelo governo aproveitavam da ocasião para representar as festividades e reforçar a utopia de uma sociedade em êxtase, utilizando-se dos mais variados adjetivos, como

[...] “a feição animada do centro da cidade”, “o grande entusiasmo e alegria”, “vibrantes manifestações operárias”, “o aspecto festivo da cidade”, “o entusiasmo popular”, “carinhosas manifestações”, “multidão vibrante”. (CAPELATO, 1998, p. 60)

Outra forma de “manipulação” cultural em prol do pacto entre o Estado e a classe trabalhadora, mas também entre a sociedade de forma geral, foi o uso da imprensa. Os jornais brasileiros dependiam dos registros concedidos pelo DIP para realizarem suas atividades e desde 1937 sua função já estava atrelada ao Estado. A imprensa divulgava as atividades, os discursos, eventos e, mais do que isso, explicitava as qualidades do governo. O objetivo era garantir o apoio das massas, produzir modelo de virtude para os cidadãos e retirar a liberdade de agentes intermediários entre Estado e nação. Dessa forma, houve íntima relação entre censura e propaganda e os assuntos dos periódicos eram definidos e censurados de acordo com os interesses do governo, como explica Capelato,

Os periódicos acabaram sendo obrigados a reproduzir os discursos oficiais, a dar ampla divulgação às inaugurações, a enfatizar notícias dos atos do governo, a publicar fotos de Vargas: 60% das matérias publicadas eram fornecidas pela

Agência Nacional. [...] A imprensa desempenhou as tarefas que lhe foram atribuídas sem nenhuma independência. Em São Paulo, os jornais liberais [...] foram praticamente silenciados e tiveram que aceitar em suas redações elementos nomeados pelo governo para vigiá-los. (CAPELATO, 1998, p. 75).

Como dito anteriormente, o Estado Novo recria a ideia de cidadania pautada no trabalho, onde o cidadão brasileiro era obrigatoriamente um trabalhador que possuía um compromisso com o Estado: o de trabalhar e ser grato ao governo por isso. Os artífices do DIP agiam na função de divulgar os valores a respeito dessa nova cidadania, objetivando atingir as camadas populares e trabalhadoras na finalidade introjetar no imaginário popular esses ideais construídos em um golpe de Estado, como conclui Capelato,

No que se refere a cidadania/trabalho, a atuação do governo se fez sentir em duas direções: a primeira dizia a respeito às concessões efetivas feitas às classes trabalhadoras, e a segunda referia-se à propaganda dessa política com vista a introjetar na consciência do cidadão trabalhador os compromissos da nova cidadania, aí se incluindo o sentimento de gratidão e retribuição. (CAPELATO, 1998, p.175)

A imagem da coletividade nacional circundava o trabalho, trazendo uma igualdade identitária no sentido de: os trabalhadores se igualavam ao chefe de governo pois todos eles trabalhavam. A diferença hierárquica aí reside no fato de que o chefe da nação trabalhava mais do que todos os cidadãos, sendo assim superior e possuindo mais responsabilidades que os demais e, portanto, merecendo obediência (CAPELATO, 1998, p.179).

Ângela de Castro Gomes, como vimos, discorre sobre a invenção do Trabalhismo no Brasil, explicitando que o Estado Novo é um período em que os direitos políticos e as práticas liberal-democráticas são considerados ineficientes, custosos e também corruptores (GOMES, 2002, p. 34). A desqualificação dos direitos políticos vem com o enaltecimento dos direitos sociais, compreendidos como a verdadeira base de um regime justo e democrático. Tais direitos sociais são, em grande maioria, os direitos trabalhistas e irão se tornar o centro do discurso cidadão do governo de Vargas. Desse modo, um Estado autoritário e, depois de 1937, ditatorial, sem direitos políticos, contra o Poder Legislativo, contra as câmaras, parlamentares, voto, partidos políticos, eleições, entre outros, torna-se um Estado “democrático” ao construir um novo ideal de cidadão ajustado em seus moldes autoritários.

Esse discurso foi construído através das legislações trabalhistas, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Departamento de Imprensa e Propaganda. De fato, a partir das leis em prol do trabalho, grande parte da classe trabalhadora passa a legitimar esse discurso. Com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1º de maio de 1943, toda legislação relacionada ao Direito do Trabalho produzida até então foi reunida em um só documento que passou a ser nomeado como a “bíblia do trabalhador” (GOMES, 2002, p.39).

É importante destacar que, a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra o autoritarismo de Hitler, o Estado Novo passa a ser questionado em seu território e em seu próprio autoritarismo. Como referido anteriormente, é nesse contexto, especialmente entre 1942 e 1945, contexto em que se aproxima a queda de Getúlio Vargas, que o Estado passa a reforçar cada vez mais sua política trabalhista no sentido de legitimar seu governo esvaziado de direitos políticos. Como conclui Gomes,

[...] dentro de um novo contexto internacional – marcado pela Segunda Guerra Mundial e pelo crescente avanço dos Aliados, o que apontava para a derrota do Eixo e do autoritarismo que ele representava-, que o Estado Novo desencadeou um grande esforço de produção de políticas públicas capazes de atrair os trabalhadores e dar ao regime bases de legitimidade ainda não alcançadas. [...] algumas das mais importantes iniciativas no campo dos direitos do trabalho, até hoje para o bem e para o mal, foram formuladas e implementadas nesse momento e com esse objetivo de fundo. (GOMES, 2002, p. 36-37)

Para além da legislação trabalhista, o DIP tem grande ação nesse sentido de consolidação do trabalhismo brasileiro. O programa “Falando aos trabalhadores brasileiros” apresentado na *Hora do Brasil*, entre 1942 e 1945, era falado pelo ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho que, durante dez minutos

dirigia-se aos trabalhadores para falar sobre a legislação social, anunciando novas medidas, esclarecendo dúvidas e, principalmente, afirmando o quanto Vargas, pessoalmente, estava se dedicando à resolução da questão social, chegando mesmo a antecipar-se às demandas dos trabalhadores. (GOMES, 2002, p.41)

4. O uso político da propaganda na educação brasileira

O DIP utilizou os discursos de Vargas na produção de cartilhas direcionadas à juventude brasileira. No documento intitulado “Juventude no Estado Novo: textos do Presidente Getúlio Vargas, extraídos de discursos, manifestos e entrevistas à imprensa” disponibilizado em formato virtual pela Fundação Getúlio Vargas, é possível encontrar textos onde Vargas exalta os trabalhadores, a nação, a família e a juventude, unindo-se ao

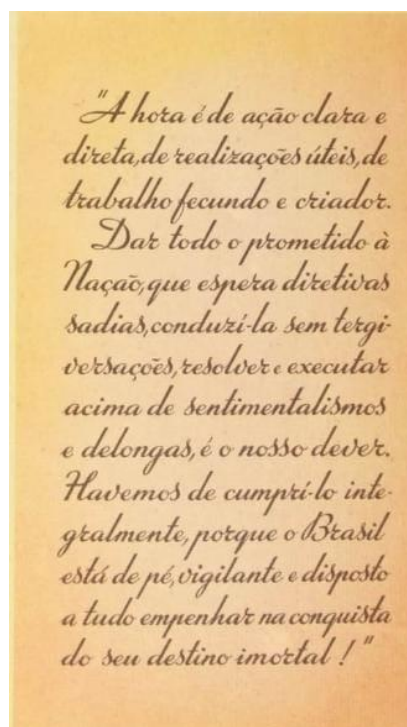
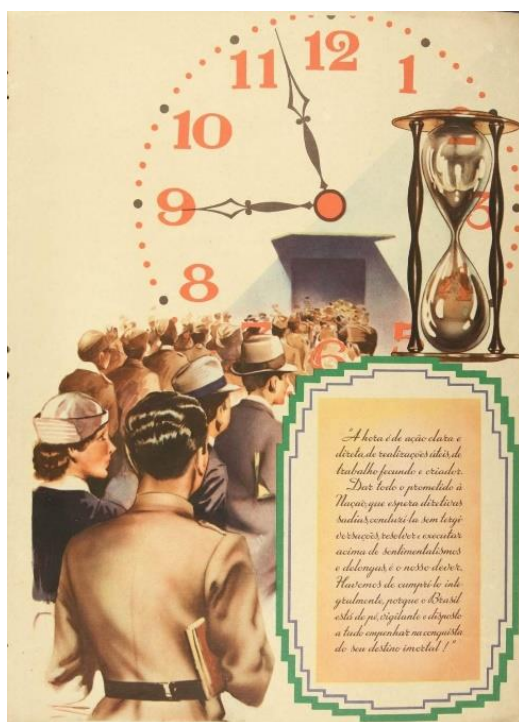
discurso da coletividade no sentido de todos estarem trabalhando na busca pelo Brasil Novo. Como é possível observar no seguinte trecho,

“Anima-me a certeza de que toda esta multidão entusiástica, desde os jovens estudantes até às suas classes trabalhadoras e industriais é capaz de erguer comigo os alicerces da construção do Brasil Novo, que juramos emprender.” (VARGAS, Departamento de Imprensa e Propaganda, 1937 – 1945, p.6)

Em outro trecho é possível perceber como a tentativa de manipulação da opinião pública era parte do programa do Estado Novo. Neste trecho, retirado de um discurso de agradecimento pela manifestação popular recebida em São Paulo no dia 22 de julho de 1938, Vargas comenta sobre sua intenção com o novo governo, citando a construção de linhas ferroviárias, vias aéreas, fomentação da produção agrícola, programas de exportação, alinhamento de governo com as forças armadas e, por fim,

“Se me perguntardes qual o programa do Estado Novo, eu vos direi que esse programa [...] é organizar a opinião civil, para que ela seja, de corpo e alma, um só pensamento brasileiro.” (VARGAS, Departamento de Imprensa e Propaganda, 1937 – 1945, p. 05)

As ilustrações destas cartilhas agem como um complemento do discurso do líder, como é possível observar nas imagens abaixo.



Fonte: BRASIL, Departamento de Imprensa e Propaganda, 1937 – 1945, p.12.

Na ilustração é possível observar sua relação com o discurso do governante: a simbolização do relógio e da ampulheta se relacionam diretamente com o discurso de que “a hora é de ação clara e direta”, assim como os trabalhadores adentrando à fábrica, se relaciona com o “dar todo o prometido à Nação, que espera diretivas sadias, conduzi-la sem tergiversações, resolver e executar acima de sentimentalismos e delongas, é o nosso dever” pois o discurso do coletivo exige a correlação automática dos indivíduos com o todo. A intenção é reforçar, no imaginário popular, que Vargas foi capaz de conduzir a nação e que agiria em busca do objetivo conjunto de prosperidade. Assim, a ilustração é a representação desses ideais propagados no discurso, complementando, enfatizando e personalizando os agentes da fala de Vargas.

A representação do todo é importante no contexto de ascensão do Estado Novo não apenas como consolidação de um governo fundado em um golpe, mas na mudança efetiva na mentalidade brasileira no âmbito da identidade nacional. A ilustração apresentada faz parte de uma tentativa de introdução das políticas de massa no regime ditatorial de Vargas e, por isso, em seus discursos sempre existe o coletivo e raramente o individual. Afinal, é a nação brasileira e os operários urbanos que buscarão o Novo Brasil, o papel do líder é apenas o do condutor do coletivo. Como afirma Capelato,

“No Brasil e na Argentina dos anos 20-30, as correntes nacionalistas anunciavam o confronto entre o “eu individual” e o “eu coletivo”. Com a introdução da política de massas a propaganda política proclamou, nos dois países, a vitória do *nós* sobre o *eu*. Procurando atingir a vida cotidiana em todos os níveis (no lar, no trabalho, no lazer), as mensagens, com forte carga emotiva, buscavam introduzir nas consciências valores coletivos” (CAPELATO, 1998, p. 243)

A representação do coletivo entra no lugar da representação da classe trabalhadora. Para tanto, é necessário compreender que os artifícios da propaganda Varguista de trazer os trabalhadores para o discurso do governo também se relacionavam com o apagamento dos trabalhadores enquanto classe operária. Dessa forma, o governo enaltece o trabalho e o trabalhador – sempre urbano -, mas age de forma preventiva contra uma classe social cujos interesses próprios poderiam se opor aos do governo estabelecido. Nesse momento, o interesse do trabalhador deve ser interesse do governo, não de uma classe reivindicadora e fortificada. (CAPELATO, 1998) Afinal, o Estado Novo não surgiu de uma luta social e precisava do reconhecimento das massas para consolidar seu governo na população.

Dessa forma, o mesmo governo que produzia propagandas enaltecedoras do trabalho e do trabalhador, baseava sua “democracia” nos direitos e na legislação

trabalhista e definia a carteira de trabalho como principal documento brasileiro também negava a classe trabalhadora, observava as atividades sindicais, diluía o trabalhador no coletivo nacional e privilegiava a tecnologia em detrimento ao operário, como mostra Capelato,

“A organização racional do trabalho, questão de grande relevância no período, era representada na propaganda política pelo conjunto “trabalhador/máquina. [...] A inexpressiva representatividade do operariado na propaganda varguista também pode ser explicada por dois outros fatores que se entrecruzam: a doutrina estadonovista negava a identidade de classe do operariado, diluindo-a no coletivo nação/Brasil. [...] A negação do conflito social pela imagem da sociedade unida e harmônica implicava a negação da representação do operariado como classe social com interesses próprios.” (CAPELATO, 1998, p. 190-191)

Porém, o DIP não foi o único departamento do Estado Novo a se voltar para a construção de um discurso patriótico, meritocrático em prol da indústria e do trabalhador urbano. O Ministério da Educação, comandado por Gustavo Capanema, obteve suas particularidades e seus méritos nessa questão ideológica no autoritarismo de Vargas, como veremos no capítulo a seguir.

5. Os planos de Capanema para o ensino secundário e industrial e as suas reformas.

As reformas na educação foram um conjunto de normas elaboradas pelo Ministério da Educação de Gustavo Capanema, que buscaram reestruturar todo o sistema educacional brasileiro. No contexto da época, a educação era considerada um instrumento de poder na construção dos tipos ideais de homens, que iriam fabricar o tipo ideal de nação. Capanema e outros homens de seu tempo viam na educação uma ferramenta de transmissão de valores que permitiam a homogeneização e disciplinamento dos homens e das sociedades (SCHWARTZMAN et al. 2000, p. 193).

A intenção das reformas era que o Estado obtivesse controle total sobre a educação nacional. Um tema sensível e recorrente no Plano Nacional de Educação que estava se formando era a educação moral e cívica, entendida como um estudo de regras, leis e virtudes heroicas, que deveriam ensinar a prática do bem aos alunos (SCHWARTZMAN et al. 2000). Havia também o interesse em formar uma educação voltada não para o indivíduo, mas para o sentido de devoção à coletividade. Era a ideia de servir a nação, que deveria ser transmitida pela escola através da disciplina (VIANA *apud* SCHWARTZMAN et al. 2000).

Em 1937, o plano foi enviado para aprovação no Congresso. Ele definia os princípios gerais da educação nacional, a qual tinha o objetivo de “formar um cidadão útil

à vida social, pelo aperfeiçoamento de suas habilidades intelectuais, morais e físicas”. Definia também que a escola deveria “zelar pela ordem pública, os bons costumes e a solidariedade das classes sociais”, ou seja, havia um esforço destinado a consolidação e aceitação nas mentes dos jovens da hierarquia social presente na sociedade brasileira (SCHWARTZMAN et al. 2000).

A reorganização da educação nacional proposta pelo plano intencionava que o ensino preparasse os indivíduos para o trabalho. O Plano era minucioso nos detalhes, até mesmo das matérias que deveriam ser ministradas e da quantidade de horas semanais de cada uma. Havia subseções do plano direcionadas ao ensino especializado, como o doméstico, o de serviço social, o profissional agrícola, o do ensino da pesca, o do ensino industrial, o do ensino comercial. As diferenças de cada um destes estavam na origem social dos alunos. É interessante que havia um ensino direcionado especificamente às mulheres, que deveria prepará-las para o trabalho industrial dentro ou fora de suas casas, ele era denominado como ensino doméstico e oferecia "certificado de dona-de-casa". O "doméstico" é claramente usado em substituição a "profissional" para os homens. Capanema insistia em uma diferenciação rígida de papéis sociais para o homem e a mulher, e esses papéis seriam aprendidos na escola (SCHWARTZMAN et al. 2000).

O Congresso terminaria sendo fechado em 1937, antes que o plano fosse aprovado. A partir de então, o ministério teria mais liberdade para fazer o que quisesse, graças ao Estado Novo, mas também encontraria limitações na própria realidade, já que o Plano acreditava na possibilidade de resolver as questões de ordem social, econômica, profissional, política e moral do país apenas pela via educacional.

O ensino secundário seria o campo onde as reformas de Capanema deixariam sua marca mais profunda e duradoura. A partir de 1940, a reforma do ensino secundário buscou direcioná-lo para a divisão econômico-social do trabalho:

A educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos, assim, a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande "exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação" (SCHWARTZMAN et al. 2000, p. 205).

A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, da realidade moral, política e econômica a ser constituída (CAPANEMA *apud* SCHWARTZMAN et al. 2000). O ensino secundário estaria sob controle das intenções do Ministério, voltadas para

uma formação humanística e era o único que daria acesso às universidades. Aqueles que não fossem capazes de passar em seus rígidos exames, estariam restritos ao ensino industrial, agrícola ou comercial, voltado para a formação de trabalhadores. O Ministério da Educação buscou, então, orientar o currículo do ensino secundário para a formação da elite e criar uma burocracia que garantisse que as escolas estariam aplicando este ensino. Na conferência de 1937, feita no Colégio Pedro II, Capanema chamava a atenção para a necessidade de:

Acentuar o caráter cultural do ensino secundário de modo que ele se torne verdadeiramente o ensino preparador da elite intelectual do país. Para isso, força é excluir toda a preocupação de enciclopedismo, que é de natureza estéril, para que tomem o primeiro lugar, no programa secundário, sólidos estudos das clássicas humanidades” (CAPANEMA *apud* SCHWARTZMAN, 1937, p. 208).

O ministro buscou enfatizar o estudo dos discursos e relatos heroicos de cidadãos e soldados na construção de impérios [...]. Este seria o tipo de formação adequada aos futuros "condutores das massas" (SCHWARTZMAN et al. 2000). A intenção do ministro era formar a “consciência patriótica” nos jovens estudantes. Para ele, esse era o instrumento perfeito para organizar o Estado e suas instituições, moldando caráter dos jovens e lhes dando uma identidade nacionalista, preparando as novas gerações para a perpetuação da nova ordem que o Estado Novo estava criando. Era uma tentativa de formar cidadãos leais à nação e à pátria. Capanema tinha uma profunda admiração pela cultura clássica greco-romana e acreditava na “superioridade” dos valores da Antiguidade, por isso buscou enaltecê-los no seu novo currículo (SCHWARTZMAN et al. 2000). Em uma conferência no Colégio Pedro II, Capanema dissertou sobre a Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942,

É com a educação moral e cívica que se cerra e se completa o ciclo da educação individual e coletiva e é por ela que se forma o caráter dos cidadãos, infundindo-lhes não apenas as preciosas virtudes pessoais senão também as grandes virtudes coletivas que formam a têmpera das nacionalidades - a disciplina, o sentimento do dever, a resignação nas adversidades nacionais, a clareza nos propósitos, a presteza na ação, a exaltação patriótica. (CAPANEMA *apud* SCHWARTZMAN, 1942, p. 209).

Os níveis de ensino estariam divididos da seguinte forma: a escola primária deveria transmitir o sentimento patriótico aos alunos, ensiná-los porque deveriam se orgulhar de seu país e dos símbolos nacionais. A escola secundária deveria formar homens com os valores necessários para infundir nas massas. Era a preparação das lideranças, os condutores do povo, aqueles que “deveriam assumir as responsabilidades maiores dentro

da nação”, isso segundo as anotações de próprio punho de Capanema. Era um projeto de formar aqueles que dariam continuidade ao regime que estava se consolidando, ou, segundo Capanema, a compreensão da continuidade histórica da pátria. Esse projeto de educação moral e cívica estaria difundido em outras matérias, como História e Geografia (SCHWARTZMAN et al. 2000).

Para que a escola transmitisse essa consciência coletiva de pertencimento à pátria e nacionalismo com eficácia, a obrigatoriedade de frequência à escola secundária foi determinada. Houve um esforço em criar um ensino totalmente controlado e direcionado às aspirações nacionalistas do Estado, por isso esse empenho na obrigatoriedade de frequência. A educação seria o instrumento do Estado para a realização efetiva do projeto nacional aspirado pelo regime do Estado Novo. Por isso deveria se criar nos jovens o hábito social de passagem pela escola. Como o trabalhismo, a escola formaria o cidadão modelo do projeto estadonovista. Toda a educação e todas as matérias presentes no currículo deveriam servir à orientação política do Estado, as disciplinas deveriam esclarecer o que elas fariam para educar o aluno para a pátria. As notas patrióticas deveriam ser frisadas em cada programa. (SCHWARTZMAN et al. 2000).

O ensino industrial foi aquele que recebeu o maior destaque das diferentes categorias de ensino profissional. Isso se deveu graças ao contexto da época de industrialização do país e demanda cada vez maior por mão de obra qualificada. É importante enfatizar que para o projeto político que Capanema almejava para o futuro da educação brasileira, o ensino industrial era uma peça-chave, pois formaria a grande massa de trabalhadores que iriam sustentar o regime, sendo liderados pelos indivíduos excepcionais, formados através da doutrinação nacionalista do ensino secundário justamente para esse propósito de guiar as massas.

Segundo o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, o ensino industrial no Brasil remonta às Escolas Aprendizes, que buscavam reduzir os problemas sociais advindos da industrialização do Brasil. Era uma forma de dar oportunidades às classes mais empobrecidas, qualificando-as ao trabalho nas fábricas e afastando-as do crime e da ociosidade (BRASIL, 1909).

O ensino industrial foi visto, até o Estado Novo, como educação caritativa, sem um projeto econômico ou social de fato. Durante a era Vargas, novas ideias começam a surgir, gerando uma disputa entre os ministérios da Educação e do Trabalho a respeito de qual seria o futuro da educação industrial no país.

Basicamente, o Ministério da Educação queria que o ensino industrial estivesse sob total controle do Estado, mas isso também significaria que o Estado deveria bancar os seus custos. A Federação das Indústrias de São Paulo e o Ministério do Trabalho tinham um outro projeto, de que tal ensino deveria servir aos interesses das fábricas e, conseqüentemente, elas arcariam com as suas despesas.

Em 1940, chegaram às mãos de Vargas dois projetos de regulamentação do ensino profissional, um do Ministério do Trabalho e o outro do Ministério da Educação. Vargas optou pela proposta do Ministério do Trabalho, pois esta optava pela construção de cursos profissionalizantes junto às fábricas e centros de trabalho, que seriam mantidos às custas dos próprios empregadores, sem trazer mais gastos para a União. Capanema protestou em uma carta enviada a Vargas, dizendo que o ensino profissional é o primeiro dever do Estado, segundo a própria Constituição. (art. 129). (CAPANEMA *apud* SCHWARTZMAN, 1940).

O que Capanema queria era que o controle da mão de obra ficasse nas mãos do Estado, orientado para os seus próprios interesses, e não à mercê das indústrias. Para isso o Estado deveria arcar com as despesas financeiras. Mas, a indústria não queria renunciar ao seu controle sobre o novo sistema, como demonstra a carta enviada à Capanema por Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, propondo aumentar a representação dos empregadores na organização do ensino profissional (SIMONSEN *apud* SCHWARTZMAN, 1940).

De fato, a proposta do Ministério do Trabalho se apresentava como a mais sensata para a União, pois os custos seriam isolados, sujeitos a instruções gerais do Ministério da Educação e a cargo das indústrias. Capanema defendia a criação de um órgão que administrasse o sistema industrial em todo o país, e a participação total do Estado em seus gastos. A proposta escolhida era vista como a mais de acordo com a situação industrial do Brasil naquele momento, e a menos cara. A proposta final foi no sentido de haver uma participação do Estado no ensino profissional, pela sua obrigação, mas ela foi bem diluída. As diferenças de posição entre os dois ministérios seriam explicitadas com clareza por parecer elaborado por Francisco Negrão de Lima para o Ministério da Justiça, a quem Vargas havia encaminhado a carta-protesto de Capanema. (LIMA *apud* SCHWARTZMAN, 1941).

Em 1942, foram criados dois decretos-lei: o que criou o SENAI, conforme as aspirações da indústria e do Ministério do trabalho, e o que definiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, a partir dos propósitos do Ministério da Educação. O SENAI se

encarregou da formação profissional dos aprendizes e seria apenas uma ferramenta da Federação Nacional das Indústrias no ensino profissional estabelecido pela lei Orgânica.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial é uma grande declaração de intenções, acompanhada de um amplo painel da organização à qual o ensino industrial se deveria ajustar (SCHWARTZMAN et al. 2000). A Lei buscou atender os interesses dos trabalhadores, realizando a sua formação profissional, ao das empresas, dando-lhes mão de obra suficiente e adequada, e da nação, mobilizando os construtores de sua economia. Procurou inovar no tratamento igualitário a homens e mulheres, e eliminar o estigma de que o ensino industrial era voltado somente às classes mais pobres. Ela definiu o ensino industrial como de nível médio, organizando-o em dois ciclos, um básico de aprendizagem e o outro para formar docentes.

Capanema continuou insistindo em um grande projeto nacional, que atingisse o país em sua totalidade. Insistia em pensar o ensino industrial não em função dos interesses da indústria, mas uma perspectiva mais nacionalista, patriótica, apelando para o seu lado espiritual, o seu lado moral, o seu lado cívico e patriótico, ao invés de se limitar somente à formação técnica. Ele se preocupava com a formação patriótica dos trabalhadores, num sentido de pertencimento à nação e lealdade ao Estado. Ele também imaginava unir as classes sociais em prol de um “interesse maior”, o do Estado. Acreditava na comunhão entre trabalhadores e patrões, na cooperação entre ambos para realizar uma obra que fosse de interesse da nação, e não das corporações.

Acreditava em uma visão profundamente meritocrática, de que o ensino industrial não se limitaria mais aos mais pobres, e que o novo sistema orientaria as pessoas para os diferentes cursos, por meio de um método de orientação vocacional, integrando o ensino industrial à educação geral do país (SCHWARTZMAN et al. 2000). Com o fim do Estado Novo, o projeto de Capanema fracassou em boa parte, sendo substituído por um corporativismo mais pragmático e realista, ficando a educação industrial relacionada à indústria, que deveria conduzi-la de acordo com os interesses da economia nacional.

6. Considerações finais.

O projeto de Brasil idealizado por Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, entre outros, não previa a conjuntura nacional complexa após a entrada das forças brasileiras na Segunda Guerra Mundial. Com os questionamentos acerca da contradição da ditadura vigente combatendo as ideologias totalitárias na Europa, o Estado Novo perde cada vez mais sua legitimidade e sua funcionabilidade, acabando em outubro de 1945.

Porém, até a atualidade é possível encontrar pessoas que falam de Getúlio Vargas com carinho e saudosismo, tratando-o como “Pai dos Pobres” e comentando sobre seus benefícios aos trabalhadores. Outrossim, encontramos projetos educacionais nacionalistas e elitistas, bem como o projeto Escola Sem Partido, criado por Miguel Nagib em 2004 e até mesmo o Novo Ensino Médio, regulamentado através da Lei nº 13.415/2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e mudou a estrutura do Ensino Médio brasileiro, com a ampliação da carga horária e deu novo enfoque para áreas de conhecimento que visavam a educação técnica e profissional. Também poderíamos citar aqui o problema da “educação bancária”, conforme cita Paulo Freire, o SENAI, o aumento de cursos técnicos profissionalizantes, entre outros modelos de educação profissional que perduraram até o século XXI.

O Estado Novo construiu uma representação nacional levando em conta as pautas trabalhistas. O imaginário popular, o regime ditatorial fica em segundo plano quando falamos sobre a Consolidação das Leis do Trabalho, justamente por ser o primeiro governo brasileiro pós-independência a trazer essa pauta. A busca pela legitimidade de seu governo junto à massa trabalhadora possui certo êxito quando percebemos que seu governo ficou marcado mais pela CLT do que pelo apagamento da história da classe trabalhadora, a vigilância dos sindicatos, a educação elitista e o autoritarismo.

No campo da educação, é possível perceber reflexos das intenções de Gustavo Capanema justamente pela mentalidade de uma educação técnica que perdura no país até hoje, na qual há discussões sobre como a educação pública deve ser voltada ao trabalho mais do que para a reflexão crítica. Podemos perceber aí o projeto de Capanema recorrente, tentando voltar para a realidade não alcançada em seu tempo. É muito presente na mentalidade brasileira o pensamento de que a massa popular é a massa trabalhadora enquanto a elite é produtora de conhecimento. Concluímos assim que o Estado Novo foi um novo projeto de Brasil, que buscou na propaganda política um alicerce para suas ações autoritárias e procurou reafirmar as velhas estruturas sociais e políticas em uma nova roupagem industrial.

Referências.

BRASIL, **Decreto nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909

_____, **Departamento de Imprensa e Propaganda**, 1937 – 1945.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARVALHO, José M. de. Mundonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual, in **Dados**, vol 20, n 2, 1997

CHARTIER, Roger. **O Mundo Como Representação.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/SZqvSMJDBVJTXqNg96xx6dM/> Acesso em: 19/09/2023

GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

_____. **A Invenção do Trabalhismo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HALL, Michael M. e SPALDING, Hobart. A classe trabalhadora urbana e os primeiros movimentos trabalhistas na América Latina. 1880-1930. In BETHELL, Leslie. **História da América Latina.** Vol. IV. São Paulo: Edusp, 2015.

LAGO, M. C. **O trabalho e o trabalhador no Estado Novo de Vargas.** Dia-Logos, n. 9, outubro 2015.

RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: Paradigmas em questão, in GRINBERG, K.; SALLES R. (Org.), **O Brasil Imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 p. 297 – 337

SCHWARTZMAN, S. BOMENY, H M B. COSTA, V M R. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra, FGV, 2000.

SCHEMES, Claudia. **Festas cívicas e esportivas: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937 – 1945) e Perón (1946 – 1955).** Nova Hamburgo: Universidade Feevale, 2022.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe trabalhadora inglesa.** A árvore da liberdade.
Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 2004.